Fernando Molica

Glauber chutou também a corporação legislativa

Por uma questão de estratégia, o deputado Glauber Braga (Psol-RJ) concentra em Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara, a responsabilidade pela possível perda de seu mandato — mas sabe que a briga que comprou não é pessoal, mas de caráter corporativo.

Organização cada vez mais fechada em torno dos interesses de seus membros, a Câmara admite quase tudo, menos que um dos seus atue contra interesses dos demais.

Ao insistir no tema do orçamento secreto, Glauber quebrou uma espécie de código de honra que determina o silêncio em alguns casos de interesse da Casa: ainda mais grave, despejou a cesta roupa suja no Supremo Tribunal Federal.

Por artigo não escrito do regimento, um parlamentar não aciona outros poderes contra interesses coletivos de colegas. Por mais que seja identificado com a preservação e, depois, com a renovação do mecanismo que ocultava autores de emendas ao Orçamento, Lira agiu apenas como presidente do coletivo de deputados.

A investigação do assassinato da vereadora Mariele Franco (Psol) indica que um dos motivos de sua morte foi a atuação de um, na época, companheiro de partido, o então deputado estadual Marcelo Freixo. Ele quebrara o tal código ao conseguir que a Justiça impedisse a posse de Edson Albertassi, também integrante da Assembleia Legislativa fluminense, no Tribunal de Contas do Estado.

Caso Albertassi tivesse chegado ao TCE, ele e seus colegas investigados pela Polícia Federal só poderiam ser processados pelo Superior Tribunal de Justiça. Sem o foro privilegiado, acabaram presos.

Seria injusto, porém, dizer que essa lei do silêncio só existe no Legislativo. A união do Judiciário e do Ministério Público em torno de privilégios corporativos demonstra isso. O Executivo também abriga categorias que não admitem qualquer questionamento ao que consideram direitos adquiridos, algo muito evidente no caso dos militares.

Na Câmara, Glauber protagonizou embates pesados, por diversas vezes foi irônico e usou palavras duras contra adversários políticos, entre eles, Lira. Mas esse tipo de comportamento tende a ser absorvido pela chamada classe política (denominação que por si só denuncia um excesso corporativo).

Ao lutar contra o abuso de emendas parlamentares, porém, o representante do Psol cruzou uma linha, mexeu com interesses, nem sempre lícitos, de muitos colegas. Para uma parte dos integrantes do Congresso, questões ideológicas são como adereços, servem como uma espécie de decoração, o que importa mesmo tem a ver com interesses nem sempre confessáveis.

Glauber se excedeu ao expulsar da Câmara, aos pontapés, um militante do MBL que se especializara em provocá-lo, principalmente em ruas cariocas. O sujeito atrapalhava atos do parlamentar, fazia todo o tipo de deboche, tentava tirá-lo do sério em performances que eram devidamente gravadas e expostas em redes sociais.

Havia nos seus gestos uma clara intenção de provocar uma reação física do parlamentar, aquela história do não encosta a mão em mim. No ano passado, na Câmara, diante de ofensas à sua mãe, Glauber fez o que o militante queria — partiu para a agressão e abriu margem para o processo de cassação de mandato por quebra de decoro.

Não foi a primeira cena semelhante no Congresso. Relator do caso de Glauber no Conselho de Ética, defensor da expulsão do parlamentar da Câmara, o deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), em 2001, agrediu um jornalista que lançava um livro contra o ex-governador baiano Antonio Carlos Magalhães, seu tio. Essa história terminou em vatapá.

Apesar de todos os seus motivos, Glauber errou feio ao agredir um cidadão, ainda mais no interior da Câmara. O deputado, que iniciou uma greve de fome, merece uma punição, mas não a perda do mandato que lhe foi entregue por eleitores. Até porque a pena está menos relacionada aos pontapés no adversário e mais aos certeiros chutes que desferiu no orçamento secreto.

Vicente Loureiro*

Em busca da mobilidade

Desde os anos 1990, o governo central do Chile vem empreendendo esforços para o melhoramento e a modernização do transporte público na região metropolitana de Santiago. Há resultados importantes a comemorar, como aqueles obtidos com os avanços da eletromobilidade, que fizeram da capital chilena a cidade, fora da China, com a maior frota de ônibus elétricos. Ou então os promovidos pelo cartão BIP, um bilhete único de fato, adquirido tanto por meio do cartão físico quanto pelo celular, sem barreiras irritantes ou desnecessárias.

As conquistas não param por aí. O metrô, por exemplo — com a mesma idade do nosso —, possui quase 150 km de linhas e continua em franca expansão, sendo já responsável pelo deslocamento da metade da população metropolitana usuária de transporte público. Importante também destacar a política de subsídios, definida por lei própria, que estimula a obtenção de receitas não tarifárias. Daí a existência de estações com grande potencial comercial e de prestação de serviços, bem exploradas e bastante atraentes.

Para além desses resultados, encontra-se em fase final de tramitação no Congresso chileno um Projeto de Lei que institui a Autoridade Metropolitana de Transporte. Trata-se de um organismo responsável pela consertação política entre os distintos órgãos dos três níveis de governo, visando ao compartilhamento de competências, à identificação de sinergias existentes e à definição de metas e objetivos da política metropolitana de transportes — em consonância com as diretrizes de desenvolvimento urbano e provisão de habitação.

Desde 2008, discute-se por lá a necessidade de criação dessa Autoridade Metropolitana de Transporte. O projeto atual parece ter conseguido reduzir os impasses políticos e as impedâncias administrativas até então vigentes. Para tanto, estudos foram realizados, avaliando em profundidade os sistemas de transporte locais e regionais existentes, os mecanismos de planejamento e operação utilizados e as formas de financiamento diretas e indiretas praticadas, configurando um diagnóstico detalhado da mobilidade na região.

Baseados na experiência de Londres — onde o que é concedido é o uso das vias e o pagamento pelos serviços de transporte se dá por quilômetro percorrido, e não por passageiro transportado —, os estudos orientaram o Projeto de Lei quanto à regulação dos serviços contratados, à utilização sustentável de subsídios, à fiscalização e controle das operadoras, à parametrização dos níveis de qualidade e segurança dos serviços, bem como aos seus impactos no planejamento urbano das cidades que compõem a região.

Como o tema da mobilidade, além de complexo, é abrangente, não deixaram também de incluir nas competências a serem compartilhadas pela nova Autoridade questões como restrições ao tráfego de automóveis, sinalização e monitoramento unificados das vias, política de estacionamento e gestão de terminais, além de cuidados especiais com a renovação da frota, visando sobretudo à redução de emissões.

As expectativas em relação à criação da Autoridade Metropolitana de Transporte são elevadas. A experiência chilena, no entanto, lhes confere uma espécie de convicção sobre a mobilidade urbana: "Se quer ordenar, ordene. Se quer transformar, invista." Vale prestar atenção no jeito deles de buscar uma mobilidade mais inclusiva e sustentável, apesar de também enfrentarem o crescimento da busca por soluções individuais nos deslocamentos.

***Arquiteto e urbanista. Doutorando pela Universidade de Lisboa. Autor dos livros "Prosa Urbana" e "Tempo de Cidade"**

Ruy Castro*

Vi-me em meio a um grupo de negacionistas

Um bate-papo na sala de espera de um hospital pode ser mais torturante do que a perspectiva de um exame delicado ou a expectativa por um diagnóstico. Num mau dia, ouvem-se opiniões estarrecedoras. No meu caso, foi na semana passada, pela voz de quatro ou cinco homens e mulheres, todos articulados e com leitura talvez acima da média, num ambiente um reduto médico em que, se não acreditamos na ciência, não sei o que estamos fazendo ali.

De repente, falou-se da vacina contra a Covid. Dois deles admitiram que se vacinaram, mas a contragosto e só uma vez. Um casal à minha frente declarou que não se vacinou, e o marido explicou por quê. Eram contra a obrigatoriedade, temiam os efeitos colaterais "trombose, AVC, enfarte" e não acreditavam que uma vacina pudesse ser fabricada em um ano. A prova estava em que, citando uma estatística, morreram mais vacinados em 2022 do que não vacinados em 2021.

Outro na roda era um alemão, bem sacudido para os seus 70 e tal, com leve sotaque no português bem falado. Estava revoltado com a invasão de muçulmanos na Alemanha, "empesteando-a com suas doenças e obrigando o governo a sustentá-los à custa dos alemães". Um exemplo de que a imigração arruinava um país, segundo ele, era a Inglaterra, tão ocupada pelos indianos que, até há pouco, o primeiro-ministro britânico era um.

As chuvas em Porto Alegre, o furacão nos EUA e os ventos em São Paulo também não tinham a ver com extremos climáticos. Sempre aconteceram, a mídia é que não falava neles. E o degelo da calota polar era mentira a Groenlândia há dois séculos era um jardim e hoje é uma geleira.

Temo que o leitor não acredite que ouvi esses disparates numa sala de espera de hospital há alguns dias. Eu também não acreditava enquanto ouvia. Vivemos em bolhas e ali me dei conta de que, até então, nunca me vira entre negacionistas hidrófobos. Mas eles existem e não eram cínicos, pareciam convencidos do que diziam. Perguntei ao alemão se, em sua opinião, a Terra era redonda ou plana. Ele riu: "Que pergunta é essa? Estamos falando a sério!". E fiquei sem saber o que ele achava.

***Jornalista e escritor. Autor das biografias de Carmen Miranda, Garrincha e Nelson Rodrigues. Membro da Academia Brasileira de Letras**

EDITORIAL

Montante dos fundos de financiamento sobe 19%

No momento em que as atenções do planeta se voltam para as estripulias do ególatra republicano topetudo que lança a sorte do mundo como uma carta na mesa de pôquer, a melhor coisa a fazer é valorizar a capacidade interna do país de seguir em trajetória consistente de crescimento.

É isso que se pode depreender da previsão de uma alta anual de 19% nos recursos programados para os fundos constitucionais de financiamento (FNE, FCO e FNO) para a indústria neste ano, o que disponibilizará R$ 7,7 bilhões (incluindo a agroindústria), superando os R$ 6,5 bilhões de 2024.

Tais dados resultam de consulta feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) junto aos bancos administradores dos fundos em seus respectivos Relatórios de Programação Financeira para os anos de 2024 e 2025. Neste aspecto, as indústrias nordestinas auferiram maior benefício com a elevação dos recursos.

No que toca ao desempenho, o crescimento programado para 2025 é substancial, levando em conta a queda real de quase 5% no volume de crédito programado pelos fundos em 2024, ante o ano anterior.

O fato de a parcela da indústria, no total de recursos, ter aumentado de 9,8% para 10,4%, de 2024 para 2025, é destacado pela CNI, que o considera 'relevante e positivo', além de este superar 2022 (9,1%) e 2023 (9,9%).

Ao realçar o fato de que o principal diferencial dos FCF é ofertar, a um custo mais baixo, o crédito para empresas de regiões menos desenvolvidas que o praticado pelo mercado, voltados a projetos de investimento, gerente de Política Econômica da CNI, Fábio Guerra considera "ter acesso a financiamento mais barato um passo fundamental para a redução da desigualdade regional, pois com esses recursos as empresas conseguem investir, produzir e empregar, gerando renda para a população das regiões mais carentes. Além disso, o crédito mais barato ajuda a compensar alguns déficits estruturais das regiões menos desenvolvidas, como, por exemplo, a ausência de infraestrutura logística adequada, o maior custo da energia e a menor qualificação da mão de obra", complementou Guerra.

Parabéns para Brasília!

"Brasília é mesmo um ovo". Essa frase é bem comum no linguajar cotidiano do brasiliense médio. "Pega o eixão, depois o eixinho, faz a tesourinha e aí você sobe no balão", um orientação de trânsito mais do que comum entre os candangos, mas que pode parecer grego para turistas de outros estados. Isso fora os endereços: SQS/SQN, SQSW. SIA, SHN, SCL, SCS, dentre outros. Tão comuns e usuais para os moradores da capital do país, mas um provável pesadelo para os demais brasileiros, acostumados com ruas, avenidas e alamedas.

E Brasília, essa cidade que está mais para uma jovem senhora, está perto de completar 65 anos no dia 21. O brasiliense (que não tenha família mineira) é tão apegado com a data do aniversário da cidade, que mal se lembra que dia 21 de abril é feriado nacional de Tiradentes.

Nesses 65 anos, a programação da cidade planejada promete ser marcante e com programação autoral. Para celebrar mais um ano do quadradinho, o Cine Brasília exibirá filmes em que a cidade é o pano de fundo, como "Eduardo e Mônica", "Somos Tão Jovens" e "O último Cine Drive-In". Na gastronomia, o Restaurante Week – festival gastronômico que oferece um cardápio completo com entrada, prato principal e sobremesa a preços fixos em diversos restaurantes, para estimular uma diversidade culinária – atuará por duas semanas depois do aniversário da cidade. Isso fora os shows, exposições e espetáculos que acontecerão ao longo da semana.

O aniversário tem uma diversidade de coisas voltadas para lazer, cultura e turismo na cidade. Apesar dos 65 anos, moradores ainda sentem faltam de uma programação cultural e de lazer mais vasta e diversa, muitas vezes acontecendo diversos eventos no mesmo período e final de semana. Mas essa análise é equivocada. Brasília conta com uma diversidade cultural e histórica que poucos lugares têm. De fato, a cidade não tem praias, mas tem o seu belo céu de brigadeiro como o mar da cidade. Tem a sua água limpa para beber, seu verde entre as quadras residenciais e comerciais, seus parques abertos, suas casas de festas à noite. Parabéns Brasília! Por concentrar um mundo em seu quadradinho.

Opinião do leitor

Dia do S

Aplausos a Câmara Legislativa do Distrito Federal pela aprovação, por unanimidade, do dia do Sistema S. A data escolhida foi 16 de maio. A proposta é do presidente da Casa, deputado Welllington Luiz, do MDB. Agradecido, o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido considerou a iniciativa "um marco".

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

Correio da Manhã

HÁ 95 ANOS: VARGAS FAZ VISITA AO PRESIDENTE WASHINGTON LUÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de abril de 1930 foram: Conselho de ministros espanhol se reúne pela primeira vez com o rei Affonso XIII. Incêndio de grandes proporções destrói um cinema na Escócia, com 80 crianças dentro. Governo mexicano pode aumentar a taxa do café brasileiro. Batalha em prisão nos EUA dura sete horas. Getúlio Vargas faz uma visita ao presidente Washington Luís.

HÁ 75 ANOS: SEM DÓLAR, BRASIL NÃO RECEBE TRANSATLÂNTICOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de abril de 1950 foram: Contra-Almirante Antono Leal de Magalhães entra com mandado de segurança no STF contra a decisão de Dutra de não promovê-lo a capitão-de-mar-e-guerra. Escassez de dólar faz transatlânticos não aportarem no Brasil. Prefeitura do Distrito Federal pede a retirada dos cartazes do MNP espalhados pela cidade.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.